6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

6.1. O Termo de Referência em anexo constitui parte integrante da presente chamada pública, para todos os efeitos, independente de transcrição, não podendo o interessado alegar seu desconhecimento.

6.2. A apresentação de proposta comercial vincula o interessado a todas as disposições constantes no Termo de Referência.

6.3. As propostas apresentadas não vinculam a Administração Pública à sua contratação, podendo esta revogar o presente chamamento público, a qualquer tempo, sem gerar qualquer direito a terceiros.

Belém, 07 de Dezembro de 2020.

CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY

Secretário de Estado

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Pacotes de Acesso de Internet Pós -Pago Móvel 3G/4G Via Serviço Móvel Pessoal (SMP) com mínimo de 20GB, durante 180 (cento e oitenta) dias, para atender as demandas da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 O mês de março de 2020 foi marcado pelo início do isolamento social como ação de combate e prevenção à contaminação e propagação do Corona Vírus no estado do Pará. Por meio da PORTARIA Nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Corona Vírus, e que em 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de pandemia de COVID-19.

No âmbito do Estado do Pará, foi declarado, por meio do Decreto Estadual nº 687, de 15 de abril de 2020, estado de calamidade pública em todo o território, em virtude da pandemia de COVID-19.

O isolamento social incluiu, dentre as medidas de proteção para minimizar a propagação, a suspensão das aulas em todas as unidades de ensino da rede pública estadual, por força do art. 4º, §1º, do Decreto Estadual nº 609, de 16 de março de 2020, republicado dia 17/03/2020, no Diário Oficial nº 34.145, in verbis:

"Art. 4º Observado o disposto neste Decreto, fica mantido o expediente em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta. § 1º As aulas das escolas da rede pública estadual de ensino ficam suspensas até o dia 31 de março de 2020, devendo ser mantida regularmente a oferta de merenda escolar."

Nesse contexto de pandemia e isolamento social, as aulas presenciais nas universidades também foram paralisadas como medida de combate à proliferação da COVID-19, conforme orientação das autoridades sanitárias e visando preservar a saúde e bem estar dos alunos.

A Universidade do Estado do Pará – UEPA, possui em torno de 17 mil estudantes, dos quais 63% são oriundos de escola pública, o que em condições normais exige da instituição políticas de apoio à permanência desses estudantes. O momento atual impõe mais cuidado ainda com esse grupo social menos favorecido do ponto de vista socioeconômico. Para o retorno às aulas, suspensas em março por causa da pandemia da COVID 19, decidiu-se pelo formato de ensino híbrido, com atividades presenciais e remotas. Nesse sentido, considerando que a oferta de serviços de conexão à internet aos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da UEPA que não possuem condições de custeá-la, visa assegurar de forma segura o retorno e continuidade das atividades acadêmicas da instituição.

Da mesma forma, considerando que também houve a interrupção das aulas dos cursos ofertados em modalidade presencial do projeto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica – SECTET, o Forma Pará, tendo em vista o respeito ao distanciamento social exigido para a não proliferação do vírus da COVID-19.

Como resultado, no que concerne à ciência e tecnologia, novas metodologias de ensino-aprendizagem surgiram para que a produção de conhecimento não fosse interrompida, adequando-se ao novo contexto social em que o mundo se insere. Deve-se, portanto, repensar a dinâmica de construção de conhecimento não mais somente com o mundo físico, mas sim com o estreitamento do meio digital que possibilita, ao processo de ensino-aprendizagem, uma infinidade de técnicas e metodologias que disseminem o conhecimento técnico e científico.

Para que se concretize a aplicação dessas metodologias e para dar continuidade ao projeto Forma Pará, é essencial que os 999 alunos do referido projeto tenham possibilidade de acesso à internet para acompanhar as aulas que serão ministradas em modalidade remota.

Considerando ainda que o Forma Pará possui um total de 22 turmas distribuídas em cursos realizados em parcerias com a Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade do Estado do Pará – UEPA e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, as quais já retomaram suas aulas em modalidade remota, é de suma importância que os 999 alunos do Forma Pará sejam contemplados com serviços de conectividade para que recebam chips com dados móveis para que possam acompanhar as aulas, bem como para dar continuidade as atividades do projeto Forma Pará.

Desta maneira, conforme justificativa apresentada acima e considerando o disposto do art. 205 e 206 e seus incisos da Constituição Federal, bem como texto da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, recomendamos a contratação de um serviço de acesso à internet móvel, posto que, desde a década de 1990, a internet tem sido utilizada para otimizar o acesso e disseminação da informação, sendo de fundamental importância para conectividade e disponibilização de conteúdos educacionais neste momento de pandemia.

Resalta-se que em situações que não é possível haver aulas presenciais, por motivos eletivos ou arbitrários, o ensino aprendido à distância, conhecido como EAD, se apresenta como uma eficiente ferramenta para o

aluno prosseguir com o seu processo de aprendizagem, mesmo sem o contato presencial, especialmente em nosso estado que possui dimensões territoriais continentais, todavia, os atuais sistemas EAD funcionam baseados na transmissão de conteúdos via internet e, nesse contexto, cabe destacar que o acesso à internet no Brasil é considerado um dos mais caros do mundo, de acordo com a revista eletrônica UOL:

"Os cálculos foram feitos com base nos dados do relatório The State of the Internet (da consultoria Akamai) e do Internet World Stats Broadband Penetration (do Internet World Stats). Para se chegar à renda média per capita de cada país, foram usados os dados do Banco Mundial. Segundo esses dados, o preço médio do acesso no Brasil a uma velocidade de 1 Mbps é de US\$25,06, ou cerca de R\$ 50,52 por mês segundo a cotação do último dia 10 de maio. Considerou-se uma renda média por hora, per capita, de US\$ 5, ou R\$ 10,08." (Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/14/banda-larga-no-brasil-e-a-2-mais-cara-entre-15-paises-diz-pesquisa.htm?cmpid=copiaecola> em 03/07/2020).

Devido ao alto custo para o acesso à internet no Brasil os alunos da rede pública ficam em desvantagem se comparados à maioria dos alunos da rede privada que dispõem de internet e, por consequência, sem acesso aos conteúdos educacionais, mesmo em momentos de isolamento social. Esse fato se torna ainda mais preocupante quando analisamos a situação dos alunos que são atendidos pelo Programa Forma Pará, haja vista a dificuldade de acesso à rede pública de ensino.

Sendo assim, na forma do art. 5º, inciso XXV, da Constituição Federal, do art. 15, inciso XII, da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e do art. 3º, inciso VII, da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situação de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, o Poder Público poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais quanto jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização.

Nesse contexto, a contratação de serviços de acesso à internet móvel é uma ação que se justifica no objetivo de proporcionar o acesso do conteúdo educacional disponível na Internet aos alunos da Universidade do Estado do Pará e do Programa Forma Pará, inclusive aos conteúdos disponibilizados nas plataformas online desenvolvidas pelas respectivas Instituições gestoras dos cursos. Tal medida se apresenta como uma eficiente solução, uma vez que não há previsão para o retorno a normalidade da vida acadêmica e social das pessoas, enquanto perdurar o surto da doença que atinge todos os municípios do Estado, sendo a contratação de serviços de acesso à internet móvel uma solução tecnológica viável.

Dessa forma, justifica-se que a presente contratação poderá servir de ferramenta de apoio e sustentação para a continuidade do processo de aprendizagem aos alunos da educação superior da UEPA e dos Programas executados em parceria com outras Instituições públicas, a fim de garantir seu direito constitucional de acesso à educação, respeitando as medidas de isolamento social e segurança sanitária na retomada gradual das atividades econômicas e sociais.

3. ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1. Para cumprimento do Princípio Administrativo da Legalidade, norteador dos atos praticados pela Administração Pública, deve o pretense procedimento obedecer, dentre outros pertinentes à matéria, aos seguintes diplomas legais:

Legislação Federal: Lei 10.520/2002, Decreto 10.024/2019, Artigos 205 e 208 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 101, de 24 de maio de 2008, Lei Complementar nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor; Instrução Normativa nº 03/2018 – MPOG e respectivas alterações.

4. ESTUDO DE ALTERNATIVAS

4.1 Inicialmente fez-se um dimensionamento para qual seria o consumo necessário para um estudante participar de aulas em plataformas como Google Meeting, Mconf, SIGAA, Skype, ZOOM e YouTube, que são as principais plataformas utilizadas pelos professores, além da Plataforma G Suite for Education que são amplamente utilizadas por alunos e professores para as atividades didáticas remotas. Chegou-se então a uma estimativa de consumo médio entre 15 e 25 GB mensais por aluno. Com esta informação julgou-se apropriado ser especificado o plano de no mínimo de 20GB. A partir disso, foram analisadas 3 alternativas para esta contratação:

4.1.1 A primeira seria a regulamentação de um auxílio internet (valor mensal depositado na conta dos alunos selecionados) para um contingente de estudantes, para que eles adquirissem os pacotes de dados junto à suas operadoras.

4.1.1.1 Desvantagens: A aquisição individual direta com as operadoras apresenta um custo muito elevado, por exemplo, em consulta ao site da TIM encontrou-se um plano de R\$ 54,99 mensais por 9GB. Além disso, teríamos que criar um mecanismo de controle para que o recurso fosse efetivamente utilizado com Internet.

4.1.1.2 Vantagens: O aluno manteria seu chip atual, sem ter que mudar de operadora.

4.1.2 A segunda alternativa seria a adesão a uma solução que as 4 operadoras que atuam no Estado oferecem de internet patrocinada (cobrança reversa), onde o custo da navegação dos estudantes via portal customizado, seria redirecionado para a SECTET/PA.

4.1.2.1 Desvantagens: Apresenta a necessidade de que a SECTET/PA providencie uma plataforma de acesso, e, defina quais os sites que poderiam ser acessados; apresenta também um custo muito elevado de navegação, estima-se R\$ 10,00 por 1GB, ou seja, ainda mais elevado que a primeira alternativa.

4.1.2.2 Vantagens: Esta seria a solução mais abrangente do ponto de vista da flexibilidade das operadoras, pois os estudantes continuariam com seus chips.

4.1.3 A terceira alternativa seria a aquisição pela SECTET/PA de um quantitativo de plano de dados, e, distribuir os chips para os estudantes selecionados.